



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Complementar nº 159, de 22 de Março de 2016

“Acrescenta dispositivos à Lei nº 527, de 03 de Maio de 1979 – Código de Posturas do Município e dá outras providências”.

O Povo do Município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 527, de 09 de maio de 1997 – Código de Posturas do Município de Mariana – passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 37-A - Os proprietários de terrenos não edificadas nas áreas urbanas do Município, cultivados ou não, são obrigados a proceder à limpeza, capina, retirada de entulhos e lixo, bem como o escoamento de águas estagnadas e outros serviços necessários ao asseio e a higiene destes, de forma a não molestar a vizinhança e a não comprometer a saúde e a higiene pública.

§ 1º - Constatado o não cumprimento do disposto no caput, o proprietário do terreno será notificado pela Prefeitura para executar os serviços que se fizerem necessários, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - Não sendo atendido o objeto da notificação no prazo estipulado, a Prefeitura aplicará a multa cominada no art. 1º da Lei Municipal nº 1.733/2003 e realizará os serviços necessários, devendo o custo, acrescido da taxa de administração, ser ressarcido pelo proprietário do imóvel.

§ 3º - Não sendo possível a localização do proprietário do terreno, o preço dos serviços executados será lançado no carnê de IPTU no ano posterior, e a falta de pagamento sujeitará o contribuinte às penalidades legais.

Art. 37-B - Em logradouro público dotado de meio-fio, o proprietário do terreno vago deverá fechá-lo em sua divisa, com vedação de no mínimo 1,80m (um metro e oitenta centímetros) de altura em relação ao passeio, deixando uma passagem para acesso da via pública ao interior do imóvel.

Parágrafo Único - O fechamento do terreno deverá ser feito por muro capaz de impedir a saída de materiais para o logradouro público.

Art. 2º. O Poder Executivo deverá expedir os decretos, portarias e outros atos administrativos que se fizerem necessários à fiel observância desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Mariana, 22 de março de 2016


Duarte Eustáquio Gonçalves Junior
Prefeito Municipal de Mariana